

REFLEXÕES SOBRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Michelle Perrot, *Outrora, em outro lugar*, in *História da vida privada*, Companhia das Letras, 1992, pág. 17

O século XVIII havia apurado a distinção entre o público e o privado. O público tinha se desprivatizado até certo ponto, apresentando-se como a “coisa” do Estado. O privado, antes insignificante e negativo, havia se revalorizado até se converter em sinônimo de felicidade. Assumira um sentido familiar e espacial, que no entanto estava longe de esgotar a diversidade de suas formas de sociabilidade. Nesse processo, a Revolução Francesa opera uma ruptura dramática e contraditória, sendo preciso, aliás, distinguir seus efeitos a curto e a longo prazo. No nível imediato, há a desconfiança de que os “interesses privados”, ou particulares, oferecem uma sombra propícia aos complôs e às traições. A vida pública postula a transparência; ela pretende transformar os ânimos e os costumes, criar um homem novo em sua aparência, linguagem e sentimentos, dentro de um tempo e de um espaço remodelados, através de uma pedagogia do signo e do gesto que procede do exterior para o interior. Num prazo mais longo, a Revolução acentua a definição das esferas pública e privada, valoriza a família, diferencia os papéis sexuais estabelecendo uma oposição entre homens políticos e mulheres domésticas. Embora patriarcal, ela limita os poderes do pai em vários pontos e reconhece o direito do divórcio. Ao mesmo tempo, proclama os direitos do indivíduo, esse direito à segurança no qual começa a se fazer presente um habeas corpus que, ainda hoje [1986] na França, carece de uma garantia mais sólida; ela lhe confere uma primeira base inicial: a inviolabilidade do domicílio, cuja transgressão está sujeita, desde 1791, a penas severas previstas no artigo 184 do Código Penal.

GYÖRGY LUCKACS, *O romance histórico* (Boitempo, 2011), págs 37-45

1. As condições sócio-históricas do surgimento do romance histórico

Primeiro foi a Revolução Francesa, as guerras revolucionárias, a ascensão e a queda de Napoleão que fizeram da história uma experiência das massas, e em escala europeia. Entre 1789 e 1814, as nações europeias viveram mais revoluções que em séculos inteiros. E a celeridade das mudanças confere a essas revoluções um caráter

qualitativamente especial, apaga nas massas a impressão de "acontecimento natural", torna o caráter histórico das revoluções muito mais visível do que costuma ocorrer em casos isolados. Para darmos apenas um exemplo, basta ler as memórias juvenis de Heine em *O livro de Le Grand**, em que ele retrata com vivacidade o modo como a rápida mudança dos governos afetou o menino Heine. Se a essa experiência vem unir-se o reconhecimento de que tais revoluções ocorrem no mundo inteiro, fortalece-se extraordinariamente o sentimento de que existe uma história, de que essa história é um processo ininterrupto de mudanças e, por fim, de que ela interfere diretamente na vida de cada indivíduo. Essa elevação quantitativa ao patamar qualitativo mostra-se também na diferença entre essas guerras e todas as anteriores. As guerras dos Estados absolutistas da época pré-revolucionária foram travadas por pequenos exércitos mercenários. O comando da guerra tinha por princípio afastar o máximo possível o exército da população civil (abastecimento por meio de armazéns móveis, medo de deserção etc.). Não foi à toa que Frederico II da Prússia expressou a ideia de que a guerra deveria ser travada de tal modo que a população civil nada percebesse. "A ordem é a primeira obrigação do cidadão" era a divisa das guerras do absolutismo. Isso muda de um só golpe com a Revolução Francesa. Em sua guerra defensiva contra a coalizão das monarquias absolutas, a República Francesa foi forçada a criar exércitos de massa. No entanto, a diferença entre os exércitos mercenários e os de massa é qualitativa e diz respeito precisamente à relação estabelecida com a massa da população. Se se trata de formar um exército de massas, em vez de recrutar pequenos contingentes de marginais para o serviço militar ou forçá-los a servir, então o conteúdo e a finalidade da guerra têm de ser expostos à população de maneira clara, na forma de propaganda. Isso ocorreu na própria França, no momento da defesa da Revolução e em guerras ofensivas posteriores, mas outros Estados também foram obrigados a lançar mão desses meios quando tiveram de criar exércitos de massa. (Basta pensar no papel que a literatura e a filosofia alemãs desempenharam nessa propaganda após a Batalha de Jena.) Essa propaganda, no entanto, não pode limitar-se a uma única guerra isolada. Ela tem de revelar o conteúdo social, os pressupostos históricos e as circunstâncias da luta, estabelecer a conexão da guerra com a vida em sua totalidade e com as possibilidades de desenvolvimento da nação. Basta apontarmos aqui a importância da defesa das conquistas da Revolução na França, o vínculo entre a criação do exército de massas e as reformas sociais na Alemanha e em outros países. A vida interior do povo está ligada ao moderno exército de massas de modo muito diferente daquele com os exércitos

absolutistas. Na França, cai a barreira social entre o oficial nobre e a tropa: a ascensão aos mais altos postos do Exército está aberta a todos, e sabe-se que tais barreiras caem precisamente por obra da Revolução. E mesmo nos países em luta contra a Revolução é inevitável que surjam ao menos algumas brechas nas barreiras sociais. A simples leitura dos escritos de Gneisenau é suficiente para que se veja o claro vínculo entre essas reformas e a nova situação histórica criada pela Revolução Francesa. Acrescenta-se a isso o fato de que, durante a guerra, é preciso destruir as antigas linhas divisórias entre o Exército e o povo. No caso dos exércitos de massas, o abastecimento por armazéns móveis é impossível. Como têm de garantir suas provisões por requisição, é inevitável que esses exércitos estabeleçam um vínculo imediato e ininterrupto com o povo do país onde a guerra é travada. É verdade que, no mais das vezes, esse vínculo consiste em roubos e saques. Mas nem sempre é assim. E não se pode esquecer de que as guerras da Revolução e, de certo modo, as de Napoleão foram conscientemente travadas como guerras de propaganda. Por fim, a enorme expansão quantitativa das guerras tem um novo papel qualitativo e traz consigo uma extraordinária ampliação de horizontes. Enquanto as guerras dos exércitos mercenários do absolutismo consistiam em sua maioria em pequenas manobras em torno das fortalezas etc., agora é a Europa inteira que se transforma em palco de guerra. Os camponeses franceses lutam no Egito, depois na Itália e então na Rússia; tropas auxiliares alemãs e italianas participam da campanha contra a Rússia; tropas alemãs e russas são deslocadas para Paris depois da queda de Napoleão etc. O que antes somente indivíduos isolados e com vocação aventureira podiam vivenciar, isto é, conhecer a Europa ou, no mínimo, determinada parte da Europa, torna-se, nesse período, uma experiência de massa, acessível a centenas de milhares ou milhões de pessoas. Assim, criam-se possibilidades concretas para que os homens apreendam sua própria existência como algo historicamente condicionado, vejam na história algo que determina profundamente sua existência cotidiana, algo que lhes diz respeito diretamente. É desnecessário falar das convulsões sociais na própria França. É evidente desde já como as grandes, rápidas e sucessivas reviravoltas desse período conturbaram a vida econômica e cultural de toda a nação. Mas devemos apontar para o fato de que os exércitos da Revolução e, mais tarde, os de Napoleão liquidaram total ou parcialmente os remanescentes do feudalismo em muitos lugares conquistados por eles, por exemplo, na Renânia e no norte da Itália. A posição social e cultural da Renânia em relação ao restante da Alemanha, que ainda pode ser fortemente sentida na Revolução de 1848, é uma herança do período napoleônico. E amplas massas tomam

consciência do nexo dessas convulsões sociais com a Revolução Francesa. Também aqui nos limitamos a apontar alguns reflexos literários. Ao lado das memórias juvenis de Heine, é bastante instrutivo ler o primeiro capítulo de *A cartuxa de Parma**, de Stendhal, para ver a marca indelével que o domínio francês deixou no norte da Itália. É da essência da revolução burguesa, quando levada seriamente até o fim, que o pensamento nacional seja apropriado pelas massas. Foi somente em consequência da Revolução e do domínio napoleônico que o sentimento nacional se tornou vivência e propriedade do campesinato, das camadas mais baixas da pequena burguesia etc. Essa foi a única França que eles vivenciaram como país próprio, como pátria criada por eles. Mas o despertar do sentimento nacional e, conseqüentemente, da sensibilidade e do entendimento para a história nacional não ocorre apenas na França. As guerras napoleônicas provocam por toda parte uma onda de sentimento nacional, de revolta nacional contra as conquistas napoleônicas, uma experiência de entusiasmo pela autonomia nacional. É claro que, na maioria das vezes, esses movimentos são, como diz Marx, uma mistura de "regeneração e reação"**. Assim é na Espanha, na Alemanha etc. Já na luta pela independência da Polônia, a deflagração do sentimento nacional polonês é um movimento progressista em sua tendência principal. Independentemente do modo como a mistura de "regeneração e reação" se apresente nos movimentos nacionais singulares, está claro que tais movimentos, que foram movimentos de massas, levaram a amplas massas a vivência da história. A reivindicação da autonomia e da particularidade está necessariamente ligada a um novo despertar da história nacional, com recordações do passado, da glória passada, dos momentos de humilhação nacional, e pouco importa se isso resulta em ideologias progressistas ou reacionárias. Assim, nessa vivência da história pelas massas, por um lado, o elemento nacional vincula-se aos problemas da reconfiguração social, e, por outro, o vínculo da história nacional com a história mundial torna-se consciente em círculos cada vez maiores. Essa consciência progressiva do caráter histórico do desenvolvimento também começa a se evidenciar no juízo crítico sobre as condições econômicas e as lutas de classes. No século XVIII, apenas alguns críticos isolados e brilhantemente paradoxais do capitalismo incipiente compararam a exploração do trabalho pelo capital às formas de exploração dos períodos anteriores, revelando assim o capitalismo como a forma mais desumana (Linguet). Na luta ideológica contra a Revolução Francesa, essa comparação em larga escala - sem dúvida, economicamente inconsistente, reacionária e tendenciosa - entre a sociedade antes e depois da Revolução torna-se o grito de guerra do romantismo legitimista. A

desumanidade do capitalismo, o caos da concorrência, a eliminação do pequeno pelo grande, o rebaixamento da cultura pelo fato de todas as coisas se tornarem mercadoria, tudo isso é contrastado, em geral de forma reacionária e tendenciosa, com o idílio social da Idade Média, como o período da cooperação pacífica de todas as classes, como a era do crescimento orgânico da cultura. Mas, se em geral a tendência reacionária predomina nesses escritos polêmicos, não devemos esquecer que é apenas nesse período que surge a primeira representação do capitalismo como um período historicamente determinado do desenvolvimento da humanidade, e isso não nos grandes teóricos do capitalismo, mas em seus oponentes. Basta mencionar aqui Sismondi, que, apesar de toda a confusão teórica de suas posições de princípio, expôs com muita clareza problemas históricos do desenvolvimento econômico. Basta citar sua afirmação de que na Antiguidade o proletariado vivia à custa da sociedade, ao passo que, na época moderna, é a sociedade que vive à custa do proletariado.

(...)

Com isso, porém, operou-se uma grande mudança de visão de mundo na concepção do progresso humano, em comparação com o Iluminismo. O progresso deixa de ser visto como um progresso na luta essencialmente anistórica da razão humanista contra a razão feudal absolutista. Segundo essa nova concepção, a racionalidade do progresso humano é desenvolvida de modo cada vez mais acentuado a partir do conflito interno das forças sociais na própria história; de acordo com essa concepção, a própria história deve ser a portadora e a realizadora do progresso humano. O mais importante aqui é a consciência histórica cada vez maior do papel decisivo que a luta de classes desempenha no progresso histórico da humanidade. O novo espírito de historicidade, que pode ser visto com mais nitidez nos grandes historiadores franceses do período da Restauração, concentra-se precisamente nesta questão: nas provas históricas de que a sociedade moderna surgiu das lutas de classes entre a nobreza e a burguesia, das lutas de classe que fulminaram a "Idade Média idílica" e cuja última e decisiva etapa foi a grande Revolução Francesa. Desse círculo de ideias surge pela primeira vez uma tentativa de periodização racional da história, uma tentativa de apreender de modo racional e científico a especificidade histórica e a gênese do presente. A primeira tentativa abrangente de periodização é realizada em meio à Revolução Francesa na obra histórico-filosófica de Condorcet. No período da Restauração, essas ideias recebem um desenvolvimento ulterior e são cientificamente desmanteladas. Nas obras dos grandes utopistas, a periodização da história transcende o horizonte da sociedade burguesa. E se

essa transição, esse passo para além do capitalismo ainda se dá por caminhos fantasiosos, sua fundamentação científica, crítico-histórica está vinculada a uma crítica arrasadora das contradições da sociedade burguesa.

Luiz Felipe Alencastro

Vida privada e ordem privada no Império, in *História da vida privada no Brasil*, vol. 4, Companhia das Letras, 2002. Pág. 6-7

O PRIVILÉGIO PRIVADO Nos confins da língua latina e do direito romano, a palavra *privus* (particular) deu origem a duas variantes, *privatus* (privado) e *privus-lex* ou *privilegium* (lei para um particular, privilégio). Essas variantes fundem-se de novo num só significado no contexto do escravismo moderno, no qual o direito — o privilégio — de possuir escravos incide diretamente sobre a concepção da vida privada. Como na Colônia, a vida privada brasileira confunde-se, no Império, com a vida familiar. Resta que, no decorrer do processo de organização política e jurídica nacional, a vida privada escravista desdobra-se numa ordem privada prenhe de contradições com a ordem pública.⁷ Manifesta-se a dualidade que atravessa todo o Império: o escravo é um tipo de propriedade particular cuja posse e gestão demandam, reiteradamente, o aval da autoridade pública. Tributado, julgado, comprado, vendido, herdado, hipotecado, o escravo precisava ser captado pela malha jurídica do Império. Por esse motivo, o Direito assume um caráter quase constitutivo do escravismo, e o enquadramento legal ganha uma importância decisiva na continuidade do sistema: ao fim e ao cabo, a escravidão desaba de um dia para o outro — de 13 para 14 de maio de 1888 —, quando uma lei de quatro linhas revoga seu fundamento jurídico. Havia, portanto, uma ordem privada específica, escravista, que devia ser endossada nas diferentes etapas de institucionalização do Império. Os condicionantes históricos desse processo configuraram duradouramente o cotidiano, a sociabilidade, a vida familiar e a vida pública brasileira. Nesse sentido — e esta é a idéia que fundamenta todo o capítulo —, o escravismo não se apresenta como uma herança colonial, como um vínculo com o passado que o presente oitocentista se encarregaria de dissolver. Apresenta-se, isto sim, como um compromisso para o futuro: o Império retoma e reconstrói a escravidão no quadro do direito moderno, dentro de um país independente, projetando-a sobre a contemporaneidade.